

Associação Administrativa e Oficial Typographica
RUA LIBERO SADARI Nº. 15-17
REDAÇÃO: Rua do Centro, 1-3-5-7 — Direção: Rua do Centro, 1-3-5-7

ABONAMENTOS		Composição em Maquinha Linotipica	
ANNUO	R\$ 10,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00
SEMANAL	R\$ 2,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00
QUOTIDIANO	R\$ 1,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00

Journal Independente, politico, literario e noticioso
PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONIMA

Associação Administrativa e Oficial Typographica
RUA LIBERO SADARI Nº. 15-17
REDAÇÃO: Rua do Centro, 1-3-5-7 — Direção: Rua do Centro, 1-3-5-7

ABONAMENTOS		Composição em Maquinha Linotipica	
ANNUO	R\$ 10,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00
SEMANAL	R\$ 2,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00
QUOTIDIANO	R\$ 1,00	Impressão em Maquinha Linotipica	R\$ 10,00

Journal Independente, politico, literario e noticioso
PROPRIEDADE DE UMA SOCIEDADE ANONIMA

A SEMANA A LAPIZ



Nas ruas sem calçamento
O novo morador andou colocar paralelepípedos... e vereador?

A LEI DA LUZ
"Os comunistas protestam contra a lei municipal que obriga os argonautas a serem a luz apaga, depois das 10 horas."
"Que massada... Imaginem o desvio de mercadorias no escuro..."

O trabalho do conclave alemão.
Como receber visitas lá só há uma calçada para a armazém e para a residência?

O CONCLAVE NOS FURROS DA IMPRENSA
"O fim" de animação do cardenal hespanhol durante a clausura.
"Que pena... Conclavistas brasileiros que deviam estar em algum lugar pensando a tudo..."

Ainda a carta fassa PIO XI, o novo papa

AS ULTIMAS NOTICIAS TELEGRAPHICAS SOBRE A ELEIÇÃO DO SUMMO PONTIFICE

O CARDEAL AMERICANO O'CONNEL FICOU ABORRECIDO COM O SACRO COLLEGIO

GASPARRI NA SECRETARIA DE ESTADO DA SANTA SE

Causou a mais viva sensação o teor do dr. João Luiz Alves, na imponente manifestação popular que, em classe popular, fizeram em São Paulo, o ilustre secretário das Finanças da nossa República, a política mais formidável contra a falsidade da carta apócrifa e principal-mente contra os processos ilegítimos, dos que não escamoteiam para triunfar na competição das urnas.

Nenhuma arma digna de combater o egoísmo sr. Arthur Bernardes, que se usa por seus detratores, que até hoje têm recorrido exclusivamente à injúria e à calúnia, numa campanha de difamação, que reflete nitidamente o espírito pequeno dos que pretendem assim marcar o nome do ex-deputado candidato nacional à presidência da República.

Em sua vibrante oração de agradecimento ao povo, o dr. João Luiz Alves assegurou que para as conveniências dos filhos de Minas, que conhecem a cultura intelectual do presidente do Estado e a cultura de sensibilidade e a sua educação como homem, não era necessária a afirmação categorica de sr. Arthur Bernardes de que não é autor da carta alibiada a s. exa. pelos falsários do "Correio da Manhã".

Bastava esta para que se não pudesse mais por em dúvida a autoria de semelhante falsidade.

Era preciso, entretanto, manter a ordem, e para isso, o dr. Alves, vibrante, insuspeito, elevado, do primeiro magistrado da nação, dizendo que nada por um minuto se poderia acreditar na autenticidade desse papuleiro. Veio em seguida a resposta do ministro da Justiça, sr. Carlos de Figueiredo, que também a afirmação do marechal Hermes, diretamente visado na carta falsa. Veio ainda a opinião insuspeita do conselheiro Barboza, símbolo da consciência jurídica do Brasil e exposto legítimo da nossa cultura. Veio a palavra de Setembrino do Carvalho, secundado pela almirante Frouin e dos generais Tasso Fragoso, Abílio de Noronha, Gomes de Castro, Barbosa Lima e outros ilustres funcionários do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de novembro, o 3 de setembro não vingaram nos seus propósitos, porque a nação, com o melhor das forças armadas, estava divorciada dos que prometiam o golpe de Estado e a revolução da marinha.

Não há "porquê" admitir um levante militar, nas vésperas do centenário da nossa Independência, não há "com quem" fazê-lo, para honra dos oficiais e dos soldados do Exército e da Armada, não há "para que" fazê-lo, quando a Nação, pelo seu eleito, deve ser o juiz de ser o único juiz dos seus destinos "haja o que houver".

A peroração do dr. João Luiz Alves foi um hino caloroso à provável hospitalidade do povo mineiro, que sabe respeitar os seus direitos e a liberdade de consciência, e vem a combater os seus ideais, em uma terra generosa de todas as liberdades do executivo e da marinha. Todos afirmaram solenemente a sua convicção sobre a falsidade do documento forjado pela calúnia.

A lúcia — acrescentou o orador — está trambolada. É a verdade contra a mentira, o patriotismo contra a traição, a lealdade contra a traição; a vontade livre do povo contra a ameaça da demagogia.

A maioria de dezete unidades da Federação e mais as fortes e fortes oposições do Rio, de Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estão com a candidatura nacional. Nada, pois, há de temer. Será certa a vitória, se a chapa da Convenção no pleito de 1.º de março.

Proclamou, entretanto, a possibilidade de um levante militar. Porquê? Com quem? Para quê? A resposta a estas perguntas, que os autores das perguntas não fizeram em vibrantes períodos.

Porquê? A não ser o embuste da carta falsa, em contraste evidente com a realidade oficial do ex-deputado candidato da Convenção, na sua notável plataforma, em que, fazendo justiça às classes armadas do país, propugna para elas melhoramentos indispensáveis e declara confiar nelas para a defesa da pátria?

Com quem? Si os próprios autores da verdade dessa carta apelam implicitamente e subrepticiamente a sua decisão; si as forças armadas do país, pelos seus humildes soldados e marinheiros, para honra deles e da pátria, não para para a hora, não se prestam a janizários de novo século, nem a prefeitos de império "imperialista".

Meditemos as palavras de ilustres eminentes como Fontoura, Setembrino, Abílio, Tasso e tantos outros para os seus referidos exército; sejam-se as patrióticas considerações do ilustre coronel Villa Lobos e verem-se que essa impetritória ataraz de levante militar não passa de uma burla, com o não intuito de ame-

drontar o clero e o desamado, mas ativo, e que não é possível admitir o levante do povo contra si próprio.

Os seus soldados e marinheiros são também filhos da mesma família brasileira, chamados hoje de todas as classes sociais, ao serviço militar, como um dever cívico que cumprem com garbo, para regressar em seguida ao desempenho pacífico do seu trabalho quotidiano.

E com estes brasileiros de hoje, que foram as classes armadas, inocência das nossas escolas, mocidade dos nossos campos e das nossas indústrias — nossos filhos, nossos irmãos, nossos netos, que se pretende um levante militar?

Irão eles empregar as armas que não lhes confiamos contra seus irmãos, contra seus pais, contra seus avós?

Admitamos a possibilidade desse levante inominável. Elic não perduraria nos seus efeitos.

Invoquemos a história do nosso país: a 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro foram feitos com flores, porque estava o povo em comunhão com o Exército e a Armada, para consagrar as obras que a Nação já consagrara na sua consciência coletiva.

Entretanto, o 23 de